



A GUERRA DAS MALVINAS: CONFLITO INEVITÁVEL QUE NUNCA DEVERIA TER OCORRIDO

Joseph S. Tulchin

Muito já se escreveu sobre a Guerra das Malvinas e durante algum tempo ainda o assunto ocupará a atenção de analistas e estudiosos, por seu conteúdo rico de ensinamentos.

Neste artigo, transcrito da revista Política e Estratégia (Out-Dez, 1986), o autor faz uma análise crítica dos mais consistentes relatos do conflito — inevitável, como expressa o título, mas que nunca deveria ter ocorrido.

A razão de este ensaio ter sido adiado por tanto tempo não está simplesmente na indolência do autor. Depois da primeira enxurrada de livros e artigos que se seguiu às hostilidades, com a derrota argentina no campo de batalha, parecia razoável esperar-se que, mais cedo ou mais tarde, aparecessem volumes de memórias, escritos por participantes ou deduzidos com base em informações extra-oficiais

vazadas para jornalistas que poderiam, então, escrever a crônica da versão argentina da história, com detalhes razoavelmente convincentes.

Isso não aconteceu, embora corram boatos, em Buenos Aires, de que tanto Nicanor Costa Mendez, ministro de Relações Exteriores durante a guerra, quanto Eduardo Roca, o embaixador argentino junto às Nações Unidas durante o conflito, estejam em vias de publicar livros

tratando de seu papel no episódio. Ao invés de esperar mais tempo, fica aqui minha promessa de procurar pôr-me em dia com essas notícias, se e quando elas forem publicadas. Mais curioso é o fato de nenhum estudioso, nos Estados Unidos ou na Europa, ter publicado um relato abrangente do episódio. Teremos de arranjar-nos com aquilo de que dispomos – e não posso afirmar que tenha lido tudo, mas simplesmente tudo o que conseguimos sobre o assunto.

Para lidar coerentemente com uma literatura tão vasta e com assunto tão complexo, pareceu-me útil organizar o material de forma seqüencial e de acordo com diversos componentes ou elementos explicativos: os antecedentes históricos e legais do conflito; o desfecho da crise, com especial atenção para as percepções divergentes dos principais participantes e o contexto no qual foram tomadas as decisões em cada país; os preparativos militares para a verdadeira condução da guerra; as implicações estratégicas da mesma; as implicações da guerra para nossa compreensão do sistema internacional; e, finalmente, como o conflito poderia ser resolvido no futuro.

Antes de lançar-me a essa revisão sistemática da literatura, permitam-me indicar minhas preferências entre as obras aqui relacionadas, para os leitores que, por acaso, queiram lê-las. A introdução mais fácil ao ema-

ranhado legal e diplomático subjacente ao conflito é o reduzido livro de Hoffmann e Hoffmann. É fácil de ler, bem organizado, e nunca tergiversa. Ele se baseia bastante em Julius Goebel, que continua sendo a fonte básica depois de quase 60 anos, e que foi recentemente reeditado pela Yale University Press. Já o trabalho mais excitante e completo sobre as hostilidades é o livro de Hastings e Jenkins, que também continua a ser a melhor análise do contexto inglês de tomada de decisões, apesar de seu pendor jornalístico e da rapidez com que foi publicado. Quanto ao lado argentino, há dois livros que merecem ser lidos. O de Virginia Gamba, *El Peón de la Reina*, constitui uma excelente análise da elaboração da política argentina, prejudicado apenas pela disposição da autora no sentido de "comprar" Costa Mendez pelo seu valor nominal, algo que nenhum outro observador fará. A melhor descrição da guerra e do contexto político no qual foram tomadas as decisões está no livro de Cardoso, Kirschbaum e Van der Kooy: um relato sério, embora um pouco dramatizado, escrito por três jornalistas que entendem tanto de política externa quanto a maioria dos professores. Embora ainda não disponhamos de qualquer análise acadêmica plena sobre a guerra, os capítulos escritos por Alberto Coll (no livro organizado por Roberto Russel) são os melhores já publicados até agora.

Embora ambos sejam textos preparados às pressas para conferências organizadas logo depois da guerra, são excelentes, e certamente estimularão o leitor a pensar. Naturalmente, houve relatos oficiais, de Lord Franks pelo lado britânico e do general Rattenbach pelos argentinos, mas trata-se aí de compilações secas, que interessarão apenas aos especialistas. E, por fim, para os leitores que quisessem dar início a suas teses de doutoramento sobre o tema, há diversas resenhas literárias, muito mais abrangentes do que esta. A melhor delas é o ensaio em duas partes, publicado pelo falecido Roberto Etchepareborda, na *Revista Interamericana de Bibliografia*, um tributo à energia daquele estudioso e sua capacidade de organizar com sucesso grandes quantidades de informação.

A guerra entre a Inglaterra e a Argentina pelas Ilhas Malvinas foi estranha sob diversos aspectos. Todas as partes envolvidas previram-na com meses de antecedência e, ainda assim, ninguém pôde ou se dispôs a detê-la; há um caráter de inevitabilidade no advento das hostilidades que me reporta à Primeira Guerra Mundial. Ninguém tinha dúvidas sobre quem venceria a fase militar da luta e, ainda assim, esse conhecimento não contribuiu para reduzir o nível de violência ou para induzir qualquer das partes envolvidas no conflito a mudar de compor-

tamento. Muitos observadores, a partir de então, acham que houve no conflito um caráter de laboratório. Os planejadores militares de todo o mundo assistiram à batalha com um entusiasmo que beirava as raias do regozijo de ver, na prática, como suas armas mais recentes se comportavam sob fogo. O campo de batalha parecia tão distante do campo normal do conflito entre os Estados que muitos observadores se sentiram desligados da luta, friamente não envolvidos, de forma que as repercussões imediatas da mesma mal se fizeram sentir fora da zona de guerra. É claro que, tivesse a guerra se arrastado por mais tempo do que durou, esse isolamento geopolítico teria sido quebrado. Em flagrante contraste com a Guerra do Vietnã, a verdadeira contenda se desenrolou longe das câmaras. Neste caso, o que as televisões de todo o mundo mostraram foi a manobra diplomática, com muita negociação de gabinete. Por causa das equipes de TV, sempre presentes, ambos os beligerantes foram mostrados manipulando as informações liberadas para suas populações, embora só os dirigentes argentinos alegassem estar ganhando a guerra, quando as notícias que chegavam ao grande público indicavam o contrário. Por fim, o resultado da luta, até aqui, não beneficiou ninguém, e a solução do conflito subjacente talvez esteja tão distante quanto sempre esteve. Isso torna ainda mais

trágica e sem sentido a perda de vidas.

Os antecedentes diplomáticos ou históricos do conflito são longos e complicados. Têm sido publicados centenas de livros e artigos sobre as diversas reivindicações com relação às ilhas em questão, 99% deles escritos por argentinos, numa tentativa de mostrar que as ilhas foram, são e devem ser argentinas, e que a ocupação inglesa das mesmas foi e é ilegítima. Os ingleses têm-se mostrado obstinadamente desinteressados na discussão legal; mas são eles os ocupantes do território. Roberto Etchepareborda, em artigo publicado na *Revista de Historia de America*, faz uma boa resenha dos trabalhos principais. Uma descrição sólida e adorável das ilhas, sob o título *Soberania Argentina*, foi publicada pela Universidade de La Plata, em 1983. Sobre a controvérsia inicial, o estudo mais convincente continua a ser o de Julius Goebel, recentemente reeditado pela Yale University Press. Goebel é dono de uma imensa erudição e faz um judicioso manejo das evidências. Os livros de Del Carril e Ferrer Vieyra são resumos dos mesmos documentos e fatos. Em vista do esforço superior desenvolvido pelos estudiosos argentinos, não seria de espantar que o consenso, entre os que se viram em apuros para analisar os antecedentes

do conflito, seja o de que as reivindicações argentinas sobre as ilhas são superiores às dos ingleses. O que é mais surpreendente é que as autoridades inglesas começaram, já em 1910, a questionar a reivindicação de seu país quanto ao território e a sugerir que se devia encontrar uma forma honrosa de restituir as ilhas aos argentinos. Peter Calvert constitui a mais declarada exceção a esse consenso. Devo dizer que o professor Calvert prestou um desserviço à sua reputação acadêmica ao escrever um livro lamentável. Seu resumo histórico da política e história argentina é constrangedor.

Mas, se a reivindicação argentina sobre as ilhas é superior à dos ingleses, o argumento argentino é, conforme disse Carlos Escude numa série recente de artigos publicados no *Buenos Aires Herald* (25 e 27 de novembro de 1986), apenas ligeiramente melhor que o dos ingleses. Ao dizê-lo, Escude não estava, de maneira alguma, tentando solapar as reivindicações argentinas. Ele pretendeu, simplesmente, salientar que sempre houve uma questão de disputa e que uma alegação de direito de posse não poderia ter servido de base para a invasão das ilhas. Ele se mostra ansioso por demonstrar que a noção do direito claro e inequívoco sobre as ilhas é um dos diversos mitos que vêm, há anos, toldando a percepção dos argentinos, e que foi usado pelo governo militar

para justificar suas ações. Realmente, a maioria dos estudos sobre a disputa, publicados pelos argentinos antes de 1982, reforçavam esse mito. Foi só nos últimos dois anos que os argentinos se inclinaram bastante, e de forma bastante razoável, a insistir na natureza relativa das reivindicações argentinas.

Típica do esforço argentino para ganhar a argumentação a nível legal e diplomático de forma definitiva é a obra em três volumes, publicada pelo Consejo Argentino para las Relaciones Internacionales (CARI), e que trata dos esforços desenvolvidos junto às Nações Unidas desde 1945, no sentido de levar os ingleses à mesa de negociações. A mais abrangente coleção de documentos em inglês é de autoria de Rafael Perl, intitulada *The Falkland Islands Dispute in International Law and Politics* (NY: Oceana Publications, 1983). A partir desses estudos, poder-se-ia dizer que diversos fatos estão fora de questão: os ingleses tomaram as ilhas à força; a natureza da colônia argentina assim desalojada era, na melhor das hipóteses, precária; as ilhas não tinham uma população indígena; as ilhas foram governadas, no século passado, por um monopólio conhecido como Falkland Islands Company; os argentinos jamais deixaram de protestar contra a ocupação britânica das ilhas; o governo inglês punha em dúvida a validade de sua

pretensão sobre as ilhas; depois de 1930, o governo inglês ficou convencido de que a posse das ilhas não valia a pena e sentiram que se devia encontrar uma maneira de devolvê-las aos argentinos; e, depois de 1968, quando se tornou intensa a pressão argentina sobre os ingleses para negociar uma solução para a contenda, a Falkland Islands Company formou um *lobby* em Londres, que acabou conseguindo frustrar todos os esforços do Foreign Office no sentido de restituir as ilhas aos argentinos, fazendo com que o preço político de tal processo, para o governo inglês, parecesse maior do que o preço de nada fazer.

Apesar de toda a energia gasta, os argumentos legalistas me chocam pela fatuidade. As regras do jogo internacional são, tradicionalmente, estabelecidas pelos jogadores maiores. Até que o princípio da participação universal comesse a transformar as Nações Unidas, depois de 1960, o direito internacional era um conjunto de regras pelas quais as principais nações do Ocidente resolviam os conflitos entre si. Aquilo que se costumava chamar de leis da civilização, ou das nações civilizadas, eram regras que legitimavam o controle dos fracos pelos mais poderosos. Nas últimas décadas, em virtude dos conceitos de universalismo e da paridade de direitos entre as nações, o tamanho e poderio passaram a não mais se tradu-

zir, necessariamente, na capacidade de uma nação em impor sua vontade além de suas fronteiras. Não obstante, não se pode dizer que o direito internacional tenha-se tornado mais forte. Ele tem sido honrado tanto na teoria quanto na prática. Nos últimos anos, os Estados Unidos, geralmente o mais veementemente proponente de princípios e de leis em sua política externa, recusaram-se a aceitar a jurisdição da Corte Internacional de Justiça numa disputa envolvendo a Nicarágua, e a União Soviética se recusou a acatar a jurisdição da Corte na questão da invasão do Afeganistão. É claro que, de modo geral, precisamos de regras aceitas de comportamento para orientar o comportamento dos Estados; e inclino-me a aceitar a afirmação de diversos autores da coletânea organizada por Coll e Arend, no sentido de que a violação dessas regras por parte da Argentina contribuiu para o fracasso das nações do Terceiro Mundo em seu apoio à causa argentina; esses mesmos autores, porém, admitem que o episódio, em seu todo, demonstrou uma vez mais o quanto as organizações internacionais são ineficazes para evitar ou deter as hostilidades quando as grandes potências estão em desacordo. Concordo com Escude em que uma solução para a disputa pelas Malvinas surgirá de apelos pragmáticos a interesses políticos.

II

Como estudo de administração de uma crise, o conflito das Malvinas é um pesadelo. É difícil imaginar tantos erros de julgamento sendo cometidos por tanta gente. Virginia Gamba realiza um excelente trabalho ao explicar a sequência do processo argentino de tomada de decisões, em seu primeiro livro, *El Peón de la Reina*, e acrescenta-lhe uma bela análise das versões inglesa e americana do caso, em seu segundo livro, *Estrategia*. . . A Dr^a Gamba é uma ótima acadêmica, com especialização na Inglaterra, e que desfruta de acesso especial aos responsáveis pelas decisões a nível civil e militar, que foram e são os formuladores da política argentina. Gamba possui um estilo vigoroso e claro, e torna os difíceis conceitos da análise estratégica acessíveis ao não-especialista. O livro de Cardoso, Kirschbaum e Van der Kooy também é esplêndido em seu resumo da formulação da política argentina. Os autores esforçam-se um bocado para encontrar escândalo e vilões, mas seu profissionalismo salva-os dos excessos. Em tudo e por tudo, eles adotam uma posição notavelmente isenta e tecem uma narrativa que se sustenta à luz das informações subseqüentemente tornadas públicas desde que eles publicaram seu trabalho. A sutil análise que Cardoso faz dos assuntos internacionais pode ser encontrada, semanal-

mente, no *Clarín* de Buenos Aires. Em flagrante contraste, o artigo de Garcia Lupo é um pastiche trivial. Há aí enormes quantidades de palpites obscuros sobre segredos, mas sem qualquer substância palpável que apóie qualquer das acusações veladas. O livro se constitui uma compilação desconexa de artigos jornalísticos.

Todos concordam em que a liderança argentina interpretou de forma completamente errônea, ou calculou absolutamente mal o nacionalismo inglês, e também a sua determinação, e, assim sendo, entrou em crise com a firme convicção de que os ingleses não iriam e não poderiam articular uma resposta militar à invasão suficientemente eficaz para desalojar as tropas argentinas sem perdas militares intoleráveis. Tão convictos estavam disso que jamais formularam, e muitos menos implementaram, planos para defender as ilhas contra tal resposta. Até o fim, a Junta parecia aturdida ante o fato de a frota inglesa ter conseguido deslocar-se até o Atlântico Sul. A falha da Junta no aquilatar a resposta britânica de forma correta demonstrou bastante claramente a natureza do regime e a qualidade de seus assessores. Conforme expliquei noutro artigo (em *A América Latina e a Política Mundial*, de Joseph S. Tulchin e Heraldo Muñoz, publicado no Brasil pela Editora Convívio, 1986), a Junta nunca esteve aberta a múltiplas correntes de

informação ou opinião. Suas estruturas decisórias eram severamente restringidas, e a imprensa era autocensurada, de forma que não havia acesso a informações que pudessem não "bater" com as da cúpula dirigente. Em virtude de seu isolamento político, os membros da Junta eram assessorados por amadores, e não tomavam qualquer providência sistemática no sentido de checar essa assessoria. Não se davam ao incômodo de checá-la porque ela tendia a reforçar sua própria visão de mundo. Eles acreditavam firmemente estar conduzindo seu país a uma posição nova e proeminente nas relações externas, assim como acreditavam que seu irredutível anticomunismo e sua disposição de se alinhar na luta anticomunista na América Central houvessem conquistado para eles um lugar entre os principais atores da cena mundial, e que seus pontos de vista, seus interesses e suas ações seriam considerados seriamente pelos outros atores principais, e que sua liderança seria aceita pelas outras nações latino-americanas. Eram, nessa visão, apoiados pelo homem por eles indicado para ficar à frente do Ministério de Relações Exteriores nessa crise, Nicanor Costa Mendez, que os convenceu de que entendia de ingleses, de americanos e de relações internacionais. No fim, Costa Mendez acabou revelando que não entendia de nada disso, e continua a ser um dos vilões da his-

tória, apesar dos esforços de Virginia Gamba para defendê-lo. O volume escrito por Cardoso e outros é especialmente bom ao descrever os delírios de grandeza dos membros da Junta e seu isolamento de qualquer discussão sobre os fatos mundiais.

Uma das fontes desses grosseiros erros de cálculo reside no fato de que toda a cúpula decisória se caracterizava por uma notável ignorância do sistema político dos Estados Unidos e da maneira pela qual são tomadas as decisões naquele país. O erro os levou a tomar algumas observações descuidadas feitas pelo assistente legislativo do senador Jesse Helms, e por Vernon Walters, como férreas garantias do governo dos Estados Unidos no sentido de que, em troca do apoio na América Central, os Estados Unidos apoiariam os esforços argentinos para retomar as Malvinas, ainda que fosse necessário o emprego de força, e ainda que os Estados Unidos garantissem que a Inglaterra não reagiria fortemente. Quando perguntei aos participantes argentinos daquelas reuniões decisivas se haviam compreendido onde os mensageiros se encaixavam no complexo padrão de tomada de decisões e que influência deles se poderia esperar na formulação da política, a resposta que me deram indicou que eles viam os Estados Unidos como uma espécie de ator unitário, cujos porta-vozes proferiam declarações cabais como

se fossem as palavras de algum ser antropomórfico. Assim, eles ouviam o que queriam ouvir e não permitiam que a realidade alterasse seus pontos de vista.

Naturalmente, os ingleses não estão isentos de culpa pela precipitação do conflito. Apesar da reabilitação promovida pelo Comitê de Conselheiros Privados sob a direção de lord Franks (*Falkland Islands Review: Report of a Committee of Privy Councillors* - London: HMSO, 1983), praticamente todos os observadores concordam em que houve falhas significativas de inteligência do lado inglês, e que o erro principal cometido pelos responsáveis pelas decisões inglesas foi simplesmente a ignorância dos antecedentes da disputa e da relevância que lhe conferiam os argentinos. Até mesmo os funcionários civis mais antigos do Ministério do Exterior subestimaram a seriedade argentina de propósitos nos últimos anos de negociações infrutíferas, e jamais fizeram grande pressão sobre seus chefes políticos no governo, no sentido de forçar um entendimento na Câmara dos Comuns. Sempre que se estava às portas de um entendimento ou de uma proposta de entendimento, depois de 1968, o *lobby* das Falklands pressionava o Ministério do Exterior e acabava convencendo o governo a recuar em vez de arriscar-se a provocar uma tempestade na Câmara dos Comuns. Os burocratas da política externa nunca aumentaram

suficientemente a aposta, porque eles mesmos não estavam suficientemente convencidos de que os argentinos chegassem um dia a fazer algo além de falar. Eles interpretaram perigosamente mal os sinais de Buenos Aires nos dois anos que antecederam a declaração das hostilidades, e foram insolitamente ingênuos ao não conseguirem perceber como os argentinos interpretariam os sinais que estavam enviando a respeito da atitude britânica sobre o conflito e a mais provável resposta inglesa a um ato de agressão.

O livro de Hastings e Jenkins é bastante claro em seus julgamentos sobre o lado inglês e chega a ser sóbrio em seus julgamentos; e, mais uma vez, parece que Virginia Gamba está bem próxima da razão em sua análise (*Estratégia*). Em face da pouca prioridade conferida às ilhas e a toda a região pelos governos britânicos, a questão continua a ser a de se qualquer governo teria feito algo diferente, e se teria sequer aferido corretamente o alcance do fervor argentino e de suas prováveis ações. O ensaio de Robert Burns, um dos participantes pelo lado inglês, é um adorável argumento em prol da análise sistemática das situações de política externa por parte dos responsáveis pelo processo decisório, um apelo ao uso mais amplo da teoria no definir a prática. Burns sugere que, tivessem os ingleses se lançado a qualquer reflexão sistemática da situação

no Atlântico Sul, teriam percebido que estavam dando sinais aos argentinos de estar inclinados à mesma interpretação que os argentinos faziam deles, e de que o governo estava tomando uma série de decisões implícitas em decorrência da pressão exercida pelo lobby das Falklands, decisões essas que os ingleses não tomariam explicitamente. O ensaio de Burns é uma peça maravilhosa, concisa, tranqüila e civilizada. Fico imaginando se a coisa teria funcionado da forma como ele sugere. Parece tão óbvio, tão fácil.

A vitória opera prodígios para evitar recriações domésticas, mas os ingleses fizeram-se algumas. Tom Dalyell, membro trabalhista da Câmara dos Comuns, bateu-se valentemente para obstruir o avanço precipitado de Margaret Thatcher para a guerra, e usou de todos os expedientes parlamentares conhecidos para trazer ao conhecimento geral informações sobre o processo decisório, numa tentativa de forçar a primeira-ministra a buscar uma solução diplomática para o conflito. Dalyell foi particularmente afrontado pelo afundamento do *Belgrano*, que, na ocasião e desde então, foi visto pela maioria dos observadores como um fato que chegou exatamente no momento em que os esforços diplomáticos do presidente peruano Fernando Belaunde Terry estavam em vias de obter êxito (*Thatcher's Torpedo*). Um volume subsequente (Arthur Gavshon e

Desmond Rice, *The Sinking of the Belgrano*, Londres: Secker and Warburg, 1984) chega praticamente à mesma conclusão condenatória. As mais vigorosas críticas de Dalyell se equiparam às de seus próprios colegas da bancada trabalhista, que tentaram chauvinizar Thatcher ao apoiar o emprego da força (*One Mans' Falklands...*). A coletânea de opiniões compiladas por Cecil Woolf e Jean Moorcroft Wilson chega à mesma conclusão: a maioria dos ingleses estava relutante em criticar publicamente seu governo durante o conflito, com medo de solapar os esforços britânicos. Uma vez cessadas as hostilidades, as críticas foram tiradas do armário. Tanto o *Latin American Bureau* quanto o *Latin American Newsletters* publicaram obras criticando o governo inglês. O primeiro tentou definir uma posição para a esquerda política, mas conseguiu apenas uma fraca declaração de que havia uma "praga nas duas casas", o que não explica o porquê de Dalyell parecer lutar por conta própria para deter a campanha de Thatcher pela guerra. São dignos de citação dois comentários que aparecem na coletânea de Woolf e Moorcroft Wilson. Brigid Bhoppy disse: "Há uma causa em defesa da qual uma força-tarefa deveria fazer-se ao mar rumo ao arquipélago das Falklands, a saber, proteger da morte sua população nativa de baleias, pássaros e peixes, bem como sua classe escrava de carneiros,

uma classe importada e explorada." Penelope Gilliatt fez uma abordagem mais pensativa: "Uma ilha (as Falklands) é um pedacinho de terra inteiramente cercado de conselhos."

Se, por um lado, seria um exagero dizer-se que os Estados Unidos desempenharam um papel insignificante no desenrolar do conflito, é certamente verdade que esse país não desempenhou aí um papel dominante. A Argentina nunca fora íntima aliada dos Estados Unidos, e a política exterior dos dois países muitas vezes pareceu fora de sincronismo. As alterações no seio da administração, especialmente entre a embaixadora dos Estados Unidos junto à ONU, Jeanne Kirkpatrick, e o secretário de Estado Alexander Haig, não contribuíram para melhorar as coisas, e ninguém se beneficiou da charada do exaustivo périplo de Haig entre Washington, Buenos Aires, Londres e Washington. Ninguém, exceto talvez alguns dirigentes argentinos que, com base naquilo que Vernon Walters possa ter-lhes dito, duvidaram que, quando o empurrão final fosse dado, os Estados Unidos se alinhariam à Inglaterra e que a Argentina estaria fadada à derrota. Na verdade, Haig passou a maior parte do tempo, depois da primeira rodada de conversações, tentando convencer os argentinos da ineludibilidade dessa derrota. David Gompert, que acompanhou Haig em sua missão, resume otimamente a coi-

sa, no dizer: "Deliberou-se extraordinariamente pouco e mal para se decidir sobre a invasão das Falklands, e é pouco provável que isso aconteça de novo. Mas a fúria não desaparecerá da Argentina. ... Se foram a frustração e o erro de cálculo o que levou à guerra, a rigidez determinou que ela seguisse seu curso militar lógico" (Coll e Arend, 108-9). Os dirigentes americanos podiam ter desempenhado um papel construtivo, interpretando os combatentes em potencial uns para os outros na medida em que a tensão atingiu níveis perigosos, mas os Estados Unidos nunca entenderam muito bem a Argentina, e os acontecimentos na região não receberam, em Washington, uma prioridade muito maior do que em Londres.

III

Quando se trata de descrever o que aconteceu durante a luta, os ingleses são melhores. Hastings e Jenkins compilaram uma narrativa envolvente que se desenrola como um corte rápido ao mesmo tempo que fornece detalhes mais do que suficientes para satisfazer o leitor médio. Eles realizaram um trabalho de mestre, combinando suas respectivas habilidades de análise política doméstica com a reportagem de campo, diretamente do campo de batalha. Da mesma forma, a Equipe de Analistas do *Sunday Times* reuniu seus esforços num volume de

fácil manejo, que pode até receber a preferência de alguns leitores pelo simples fato de não ser matizado pelo tom superior, quase antipático mesmo, que se depreende da prosa de Hastings e Jenkins em diversas ocasiões. O livro de Dobson e outros está repleto de erros factuais, além do que a obra é superficial e perniciosa em seu tom. É um pouco triste ler um livro que se propõe a estabelecer a crônica de fatos mas fica a todo instante se gabando visivelmente. Essa postura poderia ser admissível num documento de campanha ou num panfleto de guerra.

Todos esses autores fazem comentários sobre a ausência de esforços comparáveis por parte de seus colegas argentinos. A explicação para essa falta de material do lado argentino reside, em parte, no fato de a Argentina ter perdido a guerra. Mas resulta também da maneira pela qual os militares argentinos tratavam a imprensa. Sempre suspeitosa da imprensa, a Junta controlava cuidadosamente o acesso dos meios de comunicação aos soldados e utilizava consistentemente toda informação como propaganda. Esses esforços não apenas põem em relevo a distinção entre as democracias e as ditaduras, o que foi um recurso decisivo na estratégia de Thatcher, como também se tornaram patentemente absurdos quando as equipes de televisão do mundo inteiro desceram em Buenos Aires e fize-

ram entrevistas ao vivo para os telejornais vespertinos de Nova York e Londres. Na medida em que se tornou óbvio que a guerra estava caminhando para uma espécie de fim inexorável, com uma derrota argentina, os esforços do regime para manipular as informações da zona de guerra começaram a parecer patéticos, e só fizeram por aumentar o sentimento de traição e amargura que pesava sobre o povo argentino, quando terminaram as hostilidades. Esse insulto ao público e à imprensa contribuiu para acelerar o processo de deposição do governo Galtieri, ao fim da guerra.

A maioria dos trabalhos publicados pelos argentinos sobre a guerra tem sido relatos de testemunhas oculares, deliberadamente fragmentários e destituídos de qualquer pretensão de análise. Muitos deles são narrativas tocantes, contadas nas palavras dos próprios combatentes, como o livro de Kasanzew, *Malvinas a Sangre y Fuego*, que narra a história do ponto de vista do soldado de infantaria, revelando muitos aspectos da falta de liderança e das falhas logísticas que solaparam a luta argentina, aspectos que viriam a ser retomados com maiores detalhes mas sem nova compreensão no relatório oficial posteriormente publicado pela Comissão Rattenbach. Ainda mais tocante é a série de entrevistas com jovens veteranos argentinos da guerra, reunidas por Daniel Kon sob o título *Los Chicos*

de la Guerra; são entrevistas que nos dizem tanto sobre os efeitos da guerra sobre os indivíduos que lutaram quanto sobre as próprias batalhas. O livro de Kon se transformou num filme que foi muito bem recebido em Buenos Aires.

Outro tipo de relato de testemunha ocular, menos comovedor talvez, mas igualmente fascinante por aquilo que conta sobre a falta de coordenação no lado argentino, são livros como o de Pablo Marcos Carballo, *Dios y los Halcones*, e o de Carlos M. Turolo Jr., *Malvinas, Testimonio de su Gobernador*. O primeiro é a história da Força Aérea Argentina que voou, missão após missão, contra a força-tarefa britânica e que, por si mesma, esteve perto de elevar o preço da guerra, para os ingleses, a níveis insuportáveis. O livro, escrito num tom que me faz lembrar dos velhos filmes de John Wayne, nada faz para diminuir o respeito que todo mundo sente pelo heroísmo dos pilotos, nem para contestar a afirmação feita por muitos especialistas militares no sentido de que a Força Aérea jamais sincronizou suas atividades com a de outros ramos das Forças Armadas. O segundo livro, testemunho do governador militar argentino das ilhas e suposto comandante local das Forças Armadas, é seco e cauteloso em demasia para acrescentar o que quer que seja ao debate, mas, ainda assim, uma leitura nas entrelinhas pode permitir encon-

trar-se evidência para os argumentos de que os argentinos não estavam preparados para a guerra que começaram e de que a estrutura de comando rompeu-se sob a pressão dos acontecimentos. O General Menendez está tentando limpar seu nome. No entanto, se parece verdade, a partir de seu relato, que ele não tenha sido culpado de conduta ilegal nem de negligência grosseira, ele também não pode alegar que haja demonstrado qualquer particular habilidade ou sucesso na condução de seu dever. Seu relato reafirma as acusações feitas por Kon e Kasanzew, de que os soldados não eram bem tratados nas Malvinas, e freqüentemente faltava para eles material disponível na ilha. Os soldados de infantaria, eles também, foram vítimas de uma curiosa estratégia militar — ou da falta de estratégia — na qual só os soldados profissionais, ou comandos, eram mandados ao encontro do inimigo. Todos os recrutas, a grande maioria do Exército, foram designados para posições fixas nas trincheiras e mandaram-nos esperar ali. Eles pouco ou nada sabiam sobre o desenvolvimento da batalha até que o inimigo começou a surgir no horizonte. Nesses momentos críticos, a ausência de comandantes experimentados foi significativa.

Os geopolíticos argentinos tinham começado a se pronunciar sobre a condução da guerra. A maioria de seus artigos foi publicada em veículos profissio-

nais, altamente especializados, como o *Cruz del Sur*, o *Boletín del Centro Naval* e a *Revista de la Escuela de Defensa Nacional*, não sendo, provavelmente, acessíveis ao grande público. Exceção é a série de *Cuadernos* publicada sob a direção do General José Teofilo Goyret no jornal *Armas y Geoestrategia*, brilhante e profusamente ilustrada. Essas matérias transmitem a mensagem da resistência heróica dos militares argentinos, resistência essa protagonizada pelo Exército, e do incrível heroísmo das forças especiais e da Força Aérea. Essa resistência e esse heroísmo foram muito maiores do que os ingleses esperavam e transformaram o choque num duro embate. Esses estudos também deixavam claro, embora isso jamais seja contado na mesma linguagem crua e sem rodeios das conversas particulares com membros das Forças Armadas argentinas ou outros especialistas, que os argentinos se ressentiram da falta de liderança nas ilhas, que lhes faltou coordenação logística, que lhes faltou discernimento tático no campo, e, o pior de tudo, que eles nunca conseguiram estabelecer coordenação entre as Armas em serviço. Eles não levaram para a campanha o armamento adequado às condições das ilhas, nunca foram capazes de instalar ali uma infraestrutura de comunicações que lhes permitisse conduzir uma campanha bem-sucedida e estavam, simplesmente, desprepa-

rados para o choque. Isto foi parte da recusa mfope da Junta em acreditar na iminência da guerra. Não se poderia deixar de salientar que, uma vez afundado o *Belgrano*, os argentinos tiveram a audácia de não reabastecer as ilhas por mar e foram forçados a confiar no transporte aéreo. Em consequência, não poderiam mesmo ter conseguido pôr em combate qualquer artilharia pesada, o que lhes custou muito caro.

A Força Aérea comportou-se com nobreza, mas jamais coordenou seus esforços como parte de uma estratégia de campanha. Alguns especialistas ingleses e norte-americanos observam, em acordo com alguns militares latino-americanos com que falei, que teria sido muito mais eficaz a ação da Força Aérea Argentina se seus pilotos tivessem desfechado seus ataques contra as forças de terra, ao invés de lançá-los contra os grandes navios ingleses fundeados ao largo. Quanto à Marinha argentina, depois do afundamento do *Belgrano*, ela foi simplesmente não-participante. Esta é uma pílula particularmente amarga para muitos argentinos, já que o representante da Marinha na Junta, o Almirante Anaya, é geralmente apontado como o membro mais beligerante da Junta e o mais insistente na escalada do incidente da Geórgia do Sul, que antecedeu a preparação da verdadeira invasão.

Já os ingleses, pelo contrário, embora sua execução não

tenha em momento algum beirado a perfeição, e suas linhas de suprimento fossem perigosamente estreitas, estabeleceram com clareza seus objetivos e foram profissionalmente eficientes na consecução desses objetivos.

Uma das queixas mais amargas dos argentinos é contra a "traição" dos Estados Unidos e, mais especificamente, tem a ver com o apoio material dado pelos norte-americanos aos ingleses durante o conflito. Esse argumento sustenta que um país pobre possivelmente não poderia lutar contra duas das mais fortes potências democráticas do mundo, e que esse entendimento levou a uma certa atitude derrotista por parte dos dirigentes nacionais. Essa afirmação é difícil de sustentar, e o único autor sério que chega a sugerir sua validade é Virgínia Gamba. A maior parte dos dirigentes argentinos sabia que os Estados Unidos não iam envolver-se militarmente. Além do mais, não há evidência de que o desapontamento experimentado pela liderança militar tenha contribuído para afetar a sua disposição de continuar a guerra, ou mesmo sua estratégia diplomática. Por outro lado, para ser justo com os argentinos, é necessário rejeitar afirmações feitas por alguns comentaristas ingleses (dois exemplos são Dobson e Calvert), no sentido de que a ajuda norte-americana aos ingleses foi insignificante. Ela pode não ter representado muito,

em termos militares, mas foi decisiva para a causa britânica. O emprego de satélites americanos de inteligência possibilitou aos ingleses patrulhar os movimentos dos vasos argentinos de superfície. Será que a Marinha argentina se teria aventurado para fora do porto depois do afundamento do *Belgrano* se os satélites norte-americanos não estivessem patrulhando os movimentos de seus navios? Não se sabe. O uso da Ilha de Ascensão certamente acelerou a chegada da frota britânica à zona de guerra. Não tivesse a frota chegado quando chegou, ela teria de enfrentar o mau tempo do Atlântico Sul, e talvez tivesse que alterar seu plano de guerra.

IV

A possibilidade de tirar lições militares e estratégicas da Guerra das Malvinas tem atraído uma multidão de autores. Especialistas em assuntos militares vêm estudando o conflito com a fria atenção aos detalhes de um patologista durante uma autópsia — esta arma funcionou bem, esta outra não — e com o mesmo pouco caso pela identidade do cadáver que está sendo analisado. Há nessa literatura várias coisas que são chocantes. A maioria dos autores está convencida de que os navios de superfície estão aqui para ficar, e que as principais potências estão erradas em reduzir seus

gastos com tais forças. A guerra, para eles, constitui-se uma clara prova de que as democracias ocidentais devem aumentar seus gastos com defesa. E os mesmos especialistas argumentam, ainda, em prol de uma abordagem mais flexível da administração da crise; afirmam que cada potência deveria ter à disposição forças capazes de se movimentar rapidamente até pontos distantes da crise para fazer face a um conflito que se desenrole dentro de suas fronteiras, seja por meios geográficos ou diplomáticos. Ao invés de aceitar a necessidade de escolhas ou de fixar prioridades entre objetivos diversos, eles parecem dizer que devemos gastar mais para fazer face a todas as contingências possíveis. O livro de Koburger é a mais clara expressão do que poderíamos chamar uma abordagem neo-Mahan. Para ele, a guerra foi quase fortuita pelas lições que dela puderam tirar os Estados Unidos e a Inglaterra com respeito às forças navais. É perturbador o fato de Koburger nunca perguntar, mesmo da perspectiva de uma pessoa ligada à Marinha, por que a Inglaterra haveria de querer manter as Falklands, e que preço político ou econômico poderia custar a sua manutenção.

O trabalho de Watson e Dunn é detalhado e abrangente. Embora os organizadores e autores admitam que sua análise dos fatos é feita da perspectiva norte-americana, é perturbador

ver a guerra ser travada outra vez dessa maneira, sem dar atenção às fontes argentinas. Achei bastante espantoso um ponto abordado no apêndice do volume I – a elevada proporção de bombas argentinas que nunca chegaram a explodir. O que poderia ter acontecido se elas tivessem explodido? E por que não explodiram? Virginia Gamba toca nesse ponto e me deixa com a impressão de que ela acha que alguns dos dirigentes argentinos acreditam que essas bombas não explodiram porque estavam com defeito, e esse teria sido outro ingrediente da traição por parte dos Estados Unidos. Um dos analistas militares sugere que o fato de elas não terem explodido possa ser consequência de terem sido lançadas baixo demais ou demasiado perto dos alvos, uma circunstância a que os pilotos se viram forçados pela necessidade de voar sobre as ondas para evitar o radar inglês e os caças *Harrier*. A conclusão de Peter Dunn me pareceu sóbria e convincente, depois que li todos aqueles especialistas militares de salão – disse ele que não houve lições militares. Todo o material de alta tecnologia já tinha sido usado antes; soldados superiores e comandos superiores tinham vencido antes; a superioridade aérea já tinha, antes, sido decisiva. A principal lição, para ele, foi o fato de ter a vontade política dos ingleses, juntamente com uma cuidadosa coordenação entre os serviços, permitido

a execução de uma estratégia coerente. Essas observações, permeadas de comentários de líderes argentinos sobre a ausência dessa coordenação e coerência no lado argentino, são profundamente persuasivas. Mas, em todos esses livros, fica estranhamente faltando uma lição. E, no entanto, essa mesma lição constitui o cerne mesmo de um pequeno volume publicado pelo SIPRI, e é a seguinte: que a guerra se constituiu um feroz incentivo armamentista. Até o fim de 1983, os argentinos já tinham substituído todo o armamento pesado que perderam em combate (Jozef Goldblat e Victor Millan, *The Falkland/Malvinas Conflict: A Spur to Arms Build-Ups* – Estocolmo: SIPRI, 1983).

Uma das consequências críticas da guerra foi o golpe mortal desfechado contra o regime militar e a pressão inexorável exercida sobre os militares no sentido de que restituíssem o governo aos civis. Muitos de nós, a distância, fomos tentados a dizer que, talvez, e apesar mesmo da terrível perda de vidas, a guerra houvesse valido a pena pelo simples fato de ter conseguido arrancar um país da ditadura, ditadura essa que ceifara mais vidas argentinas do que as armas inglesas. A guerra, ao expor a lamentável falta de adestramento profissional dos militares, veio completar o processo de desilusão pública, iniciado com o horrível derramamento de sangue da “guerra

suja" e aprofundado pelo malogro cada vez mais óbvio do plano econômico do regime, matéria aliás de grandes especulações, e que fora o pretexto para muitas das duras medidas repressivas das sucessivas juntas militares. Quase no mesmo instante em que a luta terminou, teve início o processo de transição política. Mas, o que teriam os militares argentinos aprendido com a guerra? E de que maneira eles inseriram a guerra na sua experiência de governo durante o período de 1976 a 1983?

A maioria dos argentinos que escreveram no período imediatamente seguinte à guerra mostra-se simplesmente contente em ver os militares deixarem o poder. Estavam com raiva e não questionaram a resposta dos militares à derrota: para esses autores, derrotados foram os militares, não o país. Apenas Cardoso e outros, em sua obra, salientaram que os militares deixaram o poder, não foram forçados a fazê-lo; caíram, não foram derrubados. A oposição civil não tivera tempo de se organizar em grupos coerentes, com políticas claras. Isto se tornou claro quando dos primeiros esforços do governo Alfonsín no sentido de processar os membros da Junta por crimes cometidos durante a ditadura. As acusações de má condução da guerra acabaram sendo deixadas ao julgamento dos próprios militares. Num estudo recente, Carlos J. Moneta, que há

mais de dez anos vem estudando atentamente os militares argentinos, conclui que a experiência das Malvinas não parece ter-lhes ensinado coisa alguma. Pois eles não só estão antevendo a próxima campanha para libertar as Malvinas como também consideram suas chamadas derrotas políticas e econômicas, ou seus erros políticos e econômicos, como sendo meramente resultado de as soluções por eles propostas não terem sido aplicadas com suficiente firmeza ou por tempo suficiente. A julgar pelas entrevistas feitas por Moneta com autoridades militares em 1984 e 1985, a visão de mundo que eles têm é tão míope quanto era em 1981 e 1982, e sua falta de compreensão dos assuntos mundiais continua a ser a mesmíssima de então. Embora jamais seja didático, Moneta coloca muito claramente seu ponto de vista. O ensaio de Moneta é uma leitura desalentadora (Veja, Moneta, com E. Lopez e A. Romero, *La Reforma Militar* - B. Aires: Legasa, 1985).

Embora a maioria dos argentinos tenha-se contentado em deixar para autores ingleses e norte-americanos as implicações militares e geopolíticas, eles têm revelado enorme interesse nas implicações da guerra para o sistema internacional e para as relações interamericanas em particular. Chamaram-me a atenção três livros principais, que se encaixam nessa categoria. Dois, a edição especial de

Estudios Internacionales e o volume organizado por Roberto Russel, são coletâneas de ensaios escritos por participantes do projeto RIAL; enquanto isso, o terceiro, de Juan Carlos Puig, é um ensaio de fôlego. O professor Puig, que, nos últimos dez anos, lecionou na Venezuela, é um prolífico escritor na área de relações internacionais. Nesse livro, ele analisa cuidadosamente os principais paradigmas existentes para a compreensão do sistema internacional, que dominaram o pensamento das elites de política externa na Inglaterra e na Argentina. Esses conceitos, pondera o autor persuasivamente, levaram ambos os lados à série de desastrosos erros de cálculo expostos em detalhes nas obras anteriormente discutidas. O autor faz um resumo dos sistemas legais, políticos, econômicos e culturais dominantes no plano internacional, e explica as repercussões de cada um deles sobre a crise das Malvinas. Trata-se, pois, de uma obra de argumentação bem amarrada, um livro claro que vale a pena ler. A conclusão — de que a Argentina deve alterar seu foco de atenção historicamente obsessivo na Europa Ocidental, passando, ao invés, a visar os termos políticos e econômicos de laços mais próximos à América Latina e ao resto do Terceiro Mundo — é também compartilhada pela maioria dos autores latino-americanos cujas obras figuram noutras resenhas, mas a posição

torna-se mais convincente no ensaio de Puig. Todos os especialistas latino-americanos estão convencidos de que o episódio demonstra, de uma vez por todas, que o sistema interamericano não funciona, exceto para a conveniência dos Estados Unidos, e que a futura segurança da América Latina só poderá ser assegurada através de uma organização regional sem os Estados Unidos, através da integração econômica da região e de uma nova ordem econômica. Isto pode ser verdade, mas seria politicamente exequível? Eu deveria dizer que alguns dos comentaristas são excessivamente otimistas, ao ver no episódio das Malvinas uma prova cabal e definitiva, para os latino-americanos, de que os Estados Unidos não são confiáveis, e que eles, latino-americanos, devem e irão finalmente se unir entre si para garantir seu próprio benefício e segurança. Como conclusão a ser devotamente desejada, esta posição está além da crítica. Como descrição da atual distribuição de forças no hemisfério, acho-a ilusória, tão ilusória quanto a visão de mundo do General Galtieri e seus colegas. Além de advogar uma maior cooperação latino-americana, os pontos de vista expressos nas coletâneas de ensaios enfatizam que os regimes autoritários não conseguem proteger os interesses nacionais das nações latino-americanas, e que só os regimes democráticos o podem, porque só estes são

dotados de intrínseca legitimidade; os Estados Unidos não deveriam interpor a ideologia em sua política externa, porque isso só pode desorientar as nações latino-americanas; e que os regimes militares tornam mais flagrante a vulnerabilidade externa das nações latino-americanas. No caso da guerra das Malvinas, a natureza do regime argentino e seu execrável recorde de violações dos direitos humanos sem dúvida desempenharam um papel importante na relutância demonstrada pelas outras nações do Terceiro Mundo em apoiar a posição argentina em momentos cruciais, nas Nações Unidas, ou em sair em defesa da Argentina a qualquer momento, durante a guerra.

V

E o futuro? Será que a guerra das Malvinas resolveu qualquer questão internacional? Temo que a resposta seja não. A legitimidade do direito argentino às ilhas, profundamente sentida, continua forte. O governo Alfonsín começou a pleitear a causa de seu país perante as Nações Unidas quase ao mesmo tempo em que subiu ao poder. Não muito depois, o ministro das Relações Exteriores da Argentina, Dante Caputo, reuniu-se em Genebra com diplomatas ingleses numa tentativa de estabelecer as bases para a reentabulação de negociações bilaterais que pudessem levar, em última análise, à transferência das ilhas para a soberania

argentina. Mas os ingleses não aceitaram. É cedo demais. O lobby da Falkland Islands Company ainda é muito poderoso, poderoso o bastante para lançar num redemoinho a Câmara dos Comuns, à simples menção de uma possível solução pacífica para a disputa.

Por enquanto, as previsões mais sombrias com respeito ao custo exorbitante, para os ingleses, da manutenção de uma fortaleza nas Falklands mostraram-se verdadeiras. Os próprios ilhéus foram ficando cada vez mais desiludidos; enquanto isso, registra-se um aumento de índice de alcoolismo nas ilhas, a emigração atingiu proporções significativas, e a depressão econômica que passou a assolar a ilhas desde o final dos anos 70 é hoje pior do que nunca. Não é uma situação sustentável, do ponto de vista britânico. Um autor argentino, Haroldo Foulkes, numa obra simpática e inteligente sobre os ilhéus, *Los Kelpers: en las Malvinas y en la Patagonia*, prevê a inexorabilidade de uma solução diplomática, e prevê que as ilhas venham a ser pacificamente transferidas para a Argentina, de vez que haja uma combinação de um regime democrático em Buenos Aires, com um governo trabalhista em Londres e um governo democrata em Washington. Por enquanto, só a primeira dessas previsões se concretizou, de forma que teremos de esperar ainda alguns anos pela concretização das outras.

O fato de muitos membros da elite militar argentina não terem mudado sua visão de mundo em consequência da guerra é motivo de alarme. Felizmente, os participantes civilizados do processo decisório mudaram a deles. Diversos participantes reconheceram que sua ignorância do mundo e sua visão míope contribuíram diretamente para a crise. Desde o retorno à democracia, não menos do que quatro centros de estudos de relações internacionais começam a funcionar em Buenos Aires. E, o que é mais significativo, eles conversam entre si. Eles devem contribuir para uma discussão séria e informada dos assuntos, coligindo informações, examinando dados, e propondo alternativas e opções a um governo empenhado em abrir a discussão dos assuntos políticos. Embora um governo democrático não seja, em si mesmo, uma garantia de paz, e nenhum governo argentino, civil ou militar, de esquerda, centro ou direita, venha a se dispor a relaxar a pressão sobre os ingleses ou, por qualquer forma, diminuir seus esforços para obter o controle das Malvinas mediante negociações, é de se esperar que as perspectivas de soluções pacíficas sejam melhores com um governo democrático, com liberdade de imprensa e com uma abordagem pluralista do processo decisório. Tal governo se beneficiará de forma significativa da melhor qualidade do discurso acadêmico sobre as questões

internacionais. A falta desse discurso reforçou aquilo que Carlos Escude chamou de "os mitos da política externa argentina". Numa recente palestra num dos novos centros da política internacional, no Instituto Torcuato Di Tella, o ex-ministro de Relações Exteriores, Oscar Camilion insistia em que já era tempo de os argentinos se verem como os outros os vêem e de começarem a entender o mundo; para isso, porém, disse Camilion, eles deviam formular uma política exterior razoável, que defenda seus interesses nacionais sem aliená-los da comunidade internacional. Dessa maneira, e não por meio de aventuras militares ou da arrogância, a Argentina alcançará o destino que lhe foi prometido por tantos e diferentes governos no século passado.

BIBLIOGRAFIA

- Burns, Robert Andrew, *Diplomacy, War, and Parliamentary Democracy: Further Lessons From the Falklands or Advice from Academe* (Lanham, MD: University Press of America, 1985).
- Calvert Peter, *The Falklands Crisis. The Rights and the Wrongs* (NY: St. Martin's Press, 1982).
- Carballo, Pablo Marcos, *Dios y los Malvinas* (B. Aires: Editorial Abril, 1983).
- Cardoso, O. R., R. Kirschbaum, e E. Van der Kooy, *Malvinas. La Trama Secreta* (B. Aires: Sudamericana, 1983).
- Coll, Alberto R. e Anthony C. Arend, org., *The Falklands War. Lessons for Strategy, Diplomacy and International Law* (Boston: Allen and Unwin, 1985).
- Consejo Argentino para las Relaciones Internacionales, *Malvinas, Georgias y Sandwich del Sur* (B. Aires: C.A.R.I., 1983-85), 3 vols.
- Dalyell, Tam, *One Man's Falklands...*

- (London: Cecil Woolf, 1982).
 ——— *Thatcher's Torpedo* (London: Cecil Woolf, 1983).
 Del Carril, Bonifácio, *El Futuro de las Malvinas* (B. Aires: EMECE, 1982).
 Destefani, Laurio H., *The Malvinas, The South Georgias and the South Sandwich Islands: The Conflict with Britain* (B. Aires: Edipress, 1982).
 Dobson, Christopher, John Miller, e Ronald Payne, *The Falklands Conflict* (London: Coronet Books, 1982).
 Eddy, Paul et al., *The Falklands War. The Full Story* (London: Sphere Books Ltd., for the Sunday Times Insight Team, 1982).
 Estudios Internacionales, *América Latina Después de las Malvinas*, Estudios Internacionales, Año XV, nº 60, Out-Dez 1982.
 Etchepareborda, Roberto "La Bibliografía reciente sobre la cuestión Malvinas," (duas partes) *Revista Interamericana de Bibliografía*, vol. XXXIV, nºs 1 e 2, 1982.
 ——— "La cuestión Malvinas en perspectiva histórica," *Revista de Historia de América*, nº 90, Jul-Dez 1983.
 Ferrer Vieyra, Enrique, *An Annotated Legal Chronology of The Malvinas (Falklands) Islands Controversy. Cronología Legal Anotada Sobre la Cuestión Malvinas* (B. Aires: Editora Cordoba, 1985).
 Foulkes, Haroldo, *Los Kelpers en las Malvinas y en la Patagonia* (B. Aires: Corregidor, 1983).
 Gamba, Virginia, *El Peón de la Reina* (B. Aires: Sudamericana, 1984).
 ——— *Estrategia: Intervención y Crisis* (B. Aires: Sudamericana, 1985).
 García G, Rigoberto, "La Cuestión de las Malvinas (Falklands)," Institute of Latin American Studies, Estocolmo, *Occasional Papers* (Jun 1982).
 García Lupo, Rogelio, *Diplomacia Secreta y Rendición Incondicional* (B. Aires: Legasa, 1983).
 Goebel, Julius, *The Struggle for the Falkland Islands* (New Haven: Yale University Press, 1927 e 1982).
 Goyret, Jose Teofilo, org., "Ejército Argentino en Malvinas," *Armas y Geoestrategia*, vol 2, nº 6 (Mai 1983).
 ——— org., "El Ejército Argentino en la Guerra de las Malvinas," *Estudio Especial* (B. Aires: 1983).
 ——— org., "Argentina en la Guerra de Malvinas", *Cuadernos* (B. Aires: Editorial Clio, 1983).
 Hastings, Max e Simon Jenkins, *The Battle for the Falklands* (NY: Norton, 1983).
 Hoffmann, Fritz L. e Olga Mingo Hoffmann, *Sovereignty in Dispute. The Falklands/Malvinas, 1493-1982* (Boulder: Westview, 1984).
 Kasanzew, Nicolas, *Malvinas. A Sangre y Fuego* (B. Aires: Editorial Abril 1982).
 Koburger, Charles W. Jr., *Sea Power in the Falklands* (NY: Praeger, 1983).
 Kon, Daniel, *Los Chicos de la Guerra. Hablan los Soldados que Estuvieron en Malvinas* (B. Aires: Editorial Galerna, 1982).
 Latin American Bureau, *Falklands/Malvinas. Whose Crisis?* (London: Latin American Bureau, 1982).
 Latin American Newsletters, *The Falklands War: the Official Story* (London: Latin American Newsletters, 1983).
 Marcella, Gabriel, "The Malvinas/Falklands War of 1982. Lessons for the United States and Latin America," (Carlisle, PA: Strategic Studies Institute, US Army War College, 1983).
 Puig, Juan Carlos, *Malvinas y Régimen Internacional* (B. Aires: Depalma, 1983).
 Russell, Roberto, org., *América Latina y la Guerra Del Atlántico Sur. Experiencias y Desafíos* (B. Aires: Editorial de Belgrano, 1984).
 Turolo, Carlos M., Jr., *Malvinas. Testimonio de su Gobernador* (B. Aires: Sudamericana, 1983).
 Watson, Bruce W., e Peter M. Dunn, *Military Lessons of the Falkland Islands War. Views from the United States* (Boulder: Westview, 1984).
 Woolf, Cecil e Jean Moorcroft Wilson, org., *Authors Take Sides on the Falklands* (London: Cecil Woolf, 1982).

JOSEPH S. TULCHIN é professor de História e diretor de Programas Internacionais da Universidade da Carolina do Norte. Seu livro *A América Latina e a Política Mundial* foi publicado pela Editora Convívio (1986).